

PINGA-FOGO

■ **JUSTIÇA, À BRASILEIRA** - Ao condenar o ex-presidente Jair Bolsonaro ao dobro da pena que foi dada a Lula em segunda instância, o STF fará o Congresso Nacional ferver. Como explicar que a mesma corte que anulou a sentença de Lula à prisão por juízes de carreiras em 1ª e 2ª instância agora condena Bolsonaro por algo que o único ministro da corte que sempre foi magistrado afirma que ele não fez?

■ A pauta da anistia agora virou ato desagravo ao non-sense do STF, que errou a mão ao decretar uma verdadeira prisão perpétua a um réu de 70 anos. Preso agora, só deixará a cadeia com 97 anos.

■ **BRANCO DE PAZ** - As manifestações nacionais em prol da anistia irão pipocar no Brasil e, ao invés de verde amarelo, os organizadores deverão usar o branco, símbolo da paz como a cor das manifestações para evitar conflitos.

■ **COMO EXPLICAR?** - O Itamaraty entrou em estágio de alerta para tentar traduzir o que ocorreu no julgamento de um ex-presidente condenado há 27 anos de prisão por algo que não fez.

■ **NOMEIOU OU NÃO?** - A pergunta que não quer calar: se Bolsonaro queria dar um golpe, por que nomeou os chefes militares indicados por Lula antes de embarcar para os Estados Unidos?

■ **E AGORA MARI-NHO?** - Depois dos 27 anos de prisão, como fica agora a ideia do senador Rogério Marinho em defender a agenda de Davi Alcolumbre



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

IAB homenageia o ex-ministro Carlos Ayres Britto

O Instituto de Advogados Brasileiros homenageou, na última quarta-feira (10), o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto, com a entrega da Medalha Montezuma, a mais alta honraria do instituto, concedida àqueles que prestaram serviços relevantes à entidade, ao Direito e à sociedade.

Além de sua trajetória como magistrado, Ayres Britto é presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare, membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Academia Sergipana de Letras.

Compuseram a mesa solene a presidente do IAB, Rita Cortez, o membro benemérito e integrante do Conselho Superior do Instituto José Bernardo Cabral, o membro efetivo Bryan Phillip Martins, a presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, a presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amacrj), juíza Eunice Bitencourt, o secretário-geral do IAB, Bernardo Gicquel, o vice-presidente do Instituto Innovare, Pedro Freitas, a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) Inêz de Melo e a oradora oficial do IAB, Soraia Mendes.



A anfitriã e presidente da IAB, Rita Cortez, com o homenageado Ayres Britto



Mesa solene da cerimônia que foi realizada na quarta-feira, 10 de setembro



Medalha Montezuma, a mais alta honraria do instituto

de uma anistia light? É bom lembrar que o próximo presidente do Senado já tem nome: Flávio Bolsonaro.

■ **DUPLA HOMENAGEM** - O engenheiro Carlos Fernando de Carvalho, fundador da Carvalho Hosken, será homenageado em dose dupla, neste sábado, 13 de setembro. Agora é para o desceramento da placa da Avenida Engenheiro Carlos Carvalho, na esquina com a Rua Bruno Giorgi, às 9h, seguido da inauguração da nova sede da AMORIO2 Carlos Fernando de Carvalho, às 10h, em

evento realizado pela Prefeitura do Rio, Carvalho Hosken S/A e AMORIO2.

■ **TURNÊ** - A quinta-feira foi extensa para o Secretário de Estado de Defesa do Consumidor, Gutemberg Fonseca, que se dedicou a visitar os municípios de renegociação realizados pelo Estado do Rio. Esteve em Petrópolis, Teresópolis, Angra dos Reis, Águas da Paraíba e acompanhou parte da ação e terminou o dia com uma homenagem realizada no Cristo Redentor, aos 35 anos do Código de Defesa do Consumidor.

■ **DIÁLOGOS** - O Prefeito de Nova Friburgo, Johnny Maicon, e o vice-prefeito Rodrigo Ascoly, estiveram na quarta-feira (10) em Brasília. Na capital federal, dialogaram com o Deputado Altineu Cortes, Carlos Portinho e Sostenes Cavalcante, líder do PL no parlamento. A conversa abordou a construção da Barreira Sabo, tecnologia japonesa e que pretende ampliar segurança contra deslizamentos em períodos de chuva.

■ **UM BRINDE** - Petrópolis reafirma a tradição na produção cervejeira, ao mar-

car presença na 12ª edição do Mondial de la Bière, maior festival internacional de cervejas artesanais do Brasil, que começou nesta quinta (11) e segue até domingo no Pier Mauá, no Rio de Janeiro. O evento reúne mais de 1.500 rótulos e 250 cervejarias de todo o país, em quatro dias que mesclam degustações, música, gastronomia e experiências imersivas. Com expectativa de atrair mais de 50 mil pessoas e movimentar R\$ 13 milhões na economia do Rio, o Mondial se tornou vitrine essencial para o setor.

■ **UM ANO** - Nesta semana completou um ano da saída das empresas de ônibus Petro Ita e Cascatilha em Petrópolis. A medida adotada em 2024 no período pré-eleição não parece ter surgido efeito e a população segue com serviço ineficiente. Além das licitações que ainda não foram feitas pela prefeitura, embora haja determinação do Tribunal de Contas do Estado, o valor da tarifa aumentou e a previsão para que as licitações sejam feitas é somente no ano que vem, em 2026.

Fernando Molica

Condenação atesta maturidade

A condenação de Jair Bolsonaro e de quatro oficiais-generais é uma das maiores conquistas do Brasil independente, em particular, desde o golpe da proclamação da República, quartelada que violou a Constituição e inaugurou uma sequência de intervenções militares na vida do país.

A decisão do Supremo Tribunal Federal servirá como marco, referência de um momento em que o país atinge a maioridade; que ousa, enfim, livrar-se de uma tutela imposta por gerações de funcionários públicos fardados que, aliados aos oportunistas de plantão, revezavam-se na imposição de seus interesses ao país. Posições corporativas que vinham embaladas no presente de grego de supostos anseios nacionais.

Por ironia histórica, coube a Bolsonaro sancionar o projeto aprovado pelo Congresso que substituiu a Lei de Segurança Nacional pela introdução, no Código Penal, de artigos que criminalizavam as tentativas de golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito.

Interessado em vetar a punição a comunicações enganosas em massa — as fake news, que funcionavam como combustível para seu mandato —, o ex-capitão não deve ter percebido que, ao sancionar o grosso do projeto, vedava a saída do beco que ao longo da vida tratou de

construir. É até provável que desdenhasse da futura aplicação dos novos instrumentos legais, não conseguiria imaginar a possibilidade de flores vencendo canhões.

Ao votar pela punição de Bolsonaro e de seus cúmplices — condenados, já podem ser chamados assim —, a maioria dos ministros da Primeira Turma do STF busca acabar com o fantasma golpista que há mais de cem anos assombra o país.

Algumas mudanças demonstram a ser incorporadas à sociedade, há pouco mais de uma década, casais formados por pessoas do mesmo sexo eram impedidos de demonstrar afeto nas ruas; mulheres não ousavam se queixar da violência que sofriam de namorados ou maridos; a prática do racismo gerava, no máximo, um boletim de ocorrência, ter o direito de ser julgado pelo STF representava uma espécie de absolvição prévia.

A ida para a cadeia de homens que atentaram contra a democracia, que atuaram para instaurar uma nova ditadura no país, integra esse processo de mudanças. A própria mobilização de setores simpáticos a Bolsonaro — contrários à condenação e entusiastas de uma anistia — demonstra a importância do gesto do STF: momentos de transição são sempre delicados, geram impasses e reações.

A história não segue em li-

nha reta, mas aos trancos e barrancos, movida pelas contradições e forças típicas da atuação humana. Foi preciso que houvesse a exacerbação golpista de Bolsonaro, desde sempre saudosista da ditadura, para que o país, enfim, tratasse de agir como adulto, de alguém dono do próprio nariz. Coube ao ex-capitão dar o motivo para que o país ingressar de vez na maturidade.

Os opositores que negociaram a transição democrática entre o final dos anos 1970 e a década de 1980 chegaram num limite, tiveram que aceitar regras que preservavam a sombra do poder militar, corporação que sequestrara até mesmo a história: duvido que, passados 37 anos da promulgação da Constituição de 1988, seja possível encontrar, em documento das Forças Armadas, o uso da palavra ditadura para definir a ditadura que por aqui existiu longo de 21 anos. Quem não consegue sequer enfrentar a história não terá condições de encarar inimigos de carne e osso.

Como berrou Galvão Bueno, acabou, acabou. Um fim marcado pelo voto duro e lírico da ministra Cármen Lúcia, um documento, como ela frisou, em que pulsa um Brasil que dói — muitas vezes, a dor é necessária. O acórdão que sacramentará as condenações entrará para a história, aponta para um futuro melhor.

Tales Faria

Irritados com Fux, ministros apressaram penas de Bolsonaro

A expectativa dos ministros do Supremo Tribunal Federal era de que toda a sessão da 1ª Turma do STF, nesta quinta-feira, 11, fosse ocupada pelos dois votos que faltavam no julgamento do “núcleo crucial” da tentativa de golpe de Estado chefiada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Ficaria para a sexta-feira a discussão da dosimetria. Ou seja, não se falaria, na quinta-feira, do tempo de prisão de Bolsonaro e dos demais acusados.

Mas a ministra Cármen Lúcia e o presidente da Turma, Cristiano Zanin, conseguiram apresentar seus votos tão rapidamente quanto foi, na terça-feira, a fala do ministro Flávio Dino.

Com isso, tornou-se possível, ainda nesta quinta-feira, iniciar e concluir a discussão sobre as penas, que era esperada para o dia seguinte, e anunciar o tempo de prisão dos condenados.

A decisão de apressar o julgamento — e, portanto, o anúncio das penas e prisão de Bolsonaro — foi motivada, por incrível que pareça, pelo ministro que mais poupou no julgamento o ex-presidente e os demais acusados.

A demorada exposição de Luiz Fux, no dia anterior, irritou os demais ministros.

Foram mais de 12 horas de uma fala que bateu todos os recordes de tempo em todas as sessões do STF.

Seus colegas de Tribunal também ficaram irritados com as críticas de Fux às decisões anteriores da Corte, com as quais ele próprio havia concordado. E até com a forma como Fux tratou os demais ministros, de maneira agressiva, e sem permitir apartes.

“Durma tranquilo que não farei apartes”, chegou a reagir Flávio Dino naquela sessão. Nesta quinta-feira, Cármen Lúcia voltou ao tema, quando Dino lhe pediu um aparte. “Eu sempre concedo, ministro. Não vejo problema”, respondeu educadamente ao colega, diferentemente de Fux.

A irritação com Luiz Fux é que levou todos os quatro ministros que votaram contra o ex-presidente a combinarem antes da sessão — pela manhã e ao longo da madrugada — o formato das apresentações desta quinta-feira.

O resultado é que a sessão foi marcada pelo clima pesado, em que os ministros discutiram os votos de Cármen Lúcia e Cristiano Zanin sem citar o nome do colega em nenhum momento durante as discussões dos votos.

Parecia um daqueles casos

de desentendimento dos grupos de crianças e adolescentes, em que os colegas resolvem ficar durante algum tempo sem falar com um deles. Na gíria, estão dando “um gelo”. Fux tomou um verdadeiro “gelo”.

Ele passou praticamente a sessão inteira em silêncio e cabisbaixo. Só veio a se manifestar quando não era mais possível que o ignorassem.

Foi durante a discussão da dosimetria das penas, depois que todos haviam votado e que já estava decidida a condenação de Bolsonaro e os demais membros do “núcleo crucial” do golpe.

Para aumentar o constrangimento, o próprio presidente do STF, Luiz Roberto Barroso, apareceu na sessão. Ele não é membro da 1ª Turma. Sua presença funcionou como uma manifestação de solidariedade ao grupo.

Flávio Dino havia relatado que, ao longo da quarta-feira em que a sessão foi tomada pela fala de Fux, as redes sociais e suas caixas de mensagens ficaram tomadas por ameaças de bolsonaristas. O ministro contou que chegou a pedir diligências da Polícia Federal.

De qualquer maneira, ao final da sessão o clima voltou ao nível de cordialidades normal nas sessões do STF.